





Resenha do artigo intitulado “(IM) Prescritibilidade da pretensão de ressarcimento das importâncias devidas ao erário, por decisão do Tribunal de Contas da União (TCU)”


Review of the article entitled “(IM)prescribibility of the claim for repayment of amounts due to the erenary, by decision of the Court of Accounts of the Union (TCU)”

 ARK: 44123/multi.v6i11.1338

Recebido: 21/11/2024 | Aceito: 06/12/2024 | Publicado *on-line*: 30/01/2025

Raquel Teresa Gonçalves¹

 <https://orcid.org/0009-0005-4126-9908>

 <https://lattes.cnpq.br/0244921564086540>

Universidade Católica de Santos, SP, Brasil

E-mail: goncalvesraquelteresa@gmail.com



Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado "Imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento das importâncias devidas ao erário, por decisão do Tribunal de Contas da União". Este artigo é de autoria de Claudio Lisboa de Souza, Jonas Rodrigo Gonçalves e Danilo da Costa. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico "Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva", no Ano 2023, Vol. 51, n.51, set.-dez., 2023.

Palavras-chave: Imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento, importâncias devidas ao erário, Tribunal de Contas da União.

Abstract

This is a review of the article entitled "Imprescriptibility of the claim for reimbursement of amounts owed to the public treasury, by decision of the Federal Audit Court". This article is authored by Claudio Lisboa de Souza, Jonas Rodrigo Gonçalves and Danilo da Costa. The article reviewed here was published in the journal "Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva", in Year 2023, Vol. 51, n.51, set.-dec., 2023.

Keywords: *Imprescriptibility of the claim for reimbursement, amounts owed to the treasury, Federal Accounts Court.*

¹ Bacharela em Comunicação Social com ênfase em Jornalismo; especialista em Desenvolvimento de Gestor de Pessoas; especialista em Finanças, Auditoria e Controladoria; Professora universitária; Gestora.

Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado "Imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento das importâncias devidas ao erário, por decisão do Tribunal de Contas da União". Este artigo é de autoria de Claudio Lisboa de Souza, Jonas Rodrigo Gonçalves e Danilo da Costa. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico "Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva", no Ano 2023, Vol. 51, n.51, set.-dez., 2023.

Quanto aos autores deste artigo, conheçamos um pouco acerca do currículo de cada um deles. Muito do que compõe a formação ou a experiência de um autor contribui para a reflexão temática dos temas aos quais se propõe a escrever. Conheçamos, então, um pouco sobre cada um dos autores.

O primeiro autor deste artigo é Claudio Lisboa de Souza. Graduando em Direito pelo Centro Universitário Processus - UniProcessus (DF-Brasil). Contador. Especialista em Auditoria Governamental. Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União.

O segundo autor deste artigo é Jonas Rodrigo Gonçalves. Pós-doutorando em Direito (Direitos Humanos). Doutor em Psicologia. Mestre em Direitos Humanos (Políticas Públicas e Ciência Política); Especialista em Letras, em Educação e em Direito (Constitucional, Administrativo e Trabalhista). Licenciado em Filosofia, em Sociologia e em Letras (Português/Inglês). Pesquisador. Editor. Professor universitário no Centro Universitário Processus - UniProcessus (DF-Brasil). Seu currículo pode ser consultado em: <http://lattes.cnpq.br/6268709478972928>.

O terceiro autor deste artigo é Danilo da Costa. Doutorando em Educação pela Universidade Católica de Brasília (DF-Brasil). Mestre em Educação. Especialista em Direito Constitucional e Processo Constitucional; em Direito Administrativo; em Direito do Trabalho e Processo Trabalhista; em Didática do Ensino Superior em EAD. Licenciado em Geografia. Pesquisador. Editor. Professor universitário na Universidade Católica de Brasília (DF-Brasil).

Este artigo é dividido nos seguintes capítulos: Resumo, Palavras-chave, Abstract, Keywords, Introdução, O Instituto da Prescrição no Sistema Jurídico Brasileiro, Espécies de Danos ao Erário, Interpretações Doutrinárias e Jurisprudenciais da Ressalva Prevista na Parte Final do §5º do Art. 37 da Constituição Federal, A Atuação do Tribunal de Contas da União (TCU) com Relação à Prescrição ou Não da Pretensão de Ressarcimento das Importâncias Devidas ao Erário, Teses do Supremo Tribunal Federal (STF) Relacionadas à Prescrição ou Não da Pretensão de Ressarcimento de Importâncias Devidas ao Erário, por Decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), Considerações Finais e Referências. Dentro do capítulo de desenvolvimento, há subdivisões que detalham os fundamentos jurídicos, a interpretação jurisprudencial e doutrinária, e os impactos administrativos e financeiros da prescrição ou imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento de danos ao erário.

O artigo intitulado "Imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento das importâncias devidas ao erário, por decisão do Tribunal de Contas da União", de autoria de Claudio Lisboa de Souza, Jonas Rodrigo Gonçalves e Danilo da Costa, é um estudo de grande relevância acadêmica e jurídica que examina a questão da prescrição nas ações de ressarcimento ao erário no âmbito das decisões do Tribunal de Contas da União (TCU). A pesquisa aborda a segurança jurídica, a ampla defesa

e os impactos administrativos da aplicação da imprescritibilidade ou prescritibilidade dessas ações.

Os autores demonstram um profundo conhecimento do arcabouço jurídico e doutrinário que sustenta a temática, trazendo à discussão não apenas a literalidade do artigo 37, §5º da Constituição Federal, mas também as interpretações jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal (STF) e as recentes mudanças no entendimento do próprio TCU. A clareza na exposição dos dispositivos legais e a análise crítica das decisões judiciais e administrativas revelam o comprometimento dos pesquisadores com um estudo embasado e detalhado.

A pesquisa se destaca pela abordagem metodológica rigorosa e pela revisão bibliográfica abrangente, que inclui doutrinas renomadas e legislação atualizada. A conexão entre teoria e prática é um dos pontos fortes do estudo, proporcionando ao leitor uma visão aprofundada dos desafios enfrentados pelos órgãos de controle na aplicação da prescrição em processos administrativos e judiciais.

Outro ponto relevante do artigo é a análise dos impactos da prescrição na administração pública e na atuação do TCU. Os autores evidenciam que a definição de prazos prescricionais impacta diretamente a segurança jurídica dos administrados e a efetividade das decisões dos órgãos de controle. A pesquisa também esclarece como a recente alteração da Súmula-TCU 282 pela Resolução-TCU 344/2022 e sua posterior modificação pela Resolução-TCU 367/2024 refletem um novo posicionamento do tribunal sobre a matéria.

A contribuição do artigo para o debate jurídico é notável, pois esclarece aspectos controversos e promove uma reflexão aprofundada sobre a interpretação constitucional do artigo 37, §5º. O estudo reforça a importância de uma regulamentação clara e coerente para garantir a efetividade do controle externo sem comprometer os princípios da ampla defesa e da segurança jurídica.

Dessa forma, o trabalho de Souza, Gonçalves e Costa é uma referência essencial para estudiosos e profissionais da área do Direito Administrativo e Constitucional, contribuindo significativamente para a compreensão da temática e para o aprimoramento das práticas institucionais no âmbito do TCU.

O artigo intitulado "Imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento das importâncias devidas ao erário, por decisão do Tribunal de Contas da União" apresenta uma análise profunda sobre um tema de extrema relevância no Direito Administrativo e Constitucional brasileiro. De autoria de Claudio Lisboa de Souza, Jonas Rodrigo Gonçalves e Danilo da Costa, a pesquisa se destaca pela abordagem minuciosa e pela utilização de uma metodologia rigorosa na construção do conhecimento.

Os autores discutem a prescrição no contexto da administração pública e sua aplicabilidade às ações de ressarcimento movidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O trabalho se fundamenta em uma ampla revisão doutrinária e jurisprudencial, proporcionando um panorama completo sobre o tema. Além disso, a pesquisa não apenas apresenta uma visão técnica, mas também traz implicações práticas e institucionais decorrentes das decisões do STF e do próprio TCU.

A estrutura do artigo é bem organizada, iniciando com uma introdução que contextualiza a problemática da prescrição e a necessidade de se estabelecer um entendimento uniforme sobre sua aplicabilidade às decisões do TCU. Em seguida, os autores detalham o instituto da prescrição no ordenamento jurídico brasileiro, elucidando conceitos essenciais para a compreensão do tema.

A análise das espécies de danos ao erário é um dos pontos fortes do estudo. Os autores categorizam os tipos de prejuízos, distinguindo aqueles oriundos de

ilícitos administrativos e penais daqueles resultantes de meros atos de gestão pública. Essa distinção é crucial para compreender os diferentes prazos prescricionais aplicáveis.

Outro aspecto relevante do artigo é a investigação das interpretações doutrinárias e jurisprudenciais sobre a ressalva prevista no artigo 37, §5º, da Constituição Federal. A clareza na exposição dos argumentos permite ao leitor compreender as divergências existentes e a evolução do entendimento sobre a matéria ao longo dos anos.

A atuação do TCU na definição da prescrição também é amplamente discutida. Os autores analisam a evolução do entendimento do tribunal, destacando a transição da Súmula 282 para a Resolução-TCU 344/2022 e, posteriormente, a Resolução-TCU 367/2024. Essa abordagem evidencia a capacidade do TCU de revisar suas próprias decisões à luz das interpretações do Supremo Tribunal Federal (STF).

As teses do STF sobre a prescrição das ações de ressarcimento ao erário são tratadas com profundidade. Os autores exploram os precedentes judiciais relevantes, incluindo o Recurso Extraordinário 852.475-SP e o Recurso Extraordinário 636.886-AL. A exposição dessas decisões permite um melhor entendimento sobre os fundamentos jurídicos que orientam a jurisprudência atual.

A pesquisa também examina as repercussões administrativas e financeiras da prescrição no âmbito da gestão pública. Os autores argumentam que a ausência de um prazo prescricional definido pode gerar insegurança jurídica e dificultar a fiscalização eficiente dos recursos públicos.

A metodologia adotada pelos autores, baseada em pesquisa qualitativa e análise bibliográfica, confere ao estudo um caráter acadêmico sólido. A seleção criteriosa de fontes e a abordagem crítica dos conceitos jurídicos reforçam a credibilidade do artigo.

Além disso, a linguagem utilizada no texto é clara e acessível, permitindo que leitores de diferentes níveis de conhecimento jurídico compreendam os pontos essenciais do debate. A argumentação é coesa e bem estruturada, facilitando a assimilação das ideias apresentadas.

O estudo contribui significativamente para o debate sobre a prescrição no Direito Administrativo, fornecendo subsídios para futuras pesquisas e para a formulação de políticas públicas mais eficazes na área da gestão de recursos públicos.

A abordagem equilibrada dos autores, que consideram diferentes pontos de vista sobre a questão da prescrição, demonstra um compromisso com a imparcialidade e com a análise objetiva dos fatos. Essa característica confere ainda mais relevância ao trabalho.

A profundidade da pesquisa realizada e a abrangência dos temas abordados fazem do artigo uma referência essencial para estudiosos, gestores públicos e profissionais do Direito interessados na temática da prescrição e suas implicações institucionais.

A revisão de jurisprudência realizada pelos autores é detalhada e bem fundamentada, permitindo ao leitor compreender como os tribunais superiores vêm se posicionando sobre a questão da prescrição das ações de ressarcimento ao erário.

O artigo também se destaca por oferecer sugestões para aprimoramento da legislação e das práticas institucionais, contribuindo para o aperfeiçoamento do sistema jurídico brasileiro.

A análise dos impactos da prescrição na segurança jurídica e na estabilidade das relações administrativas é outro ponto positivo do estudo. Os autores demonstram como a indefinição sobre a prescrição pode afetar a gestão pública e comprometer a previsibilidade das decisões administrativas.

Por fim, o artigo evidencia a importância do diálogo entre o TCU e o STF na construção de uma jurisprudência mais consistente sobre a matéria. A colaboração entre esses órgãos é essencial para garantir a eficácia do controle da administração pública sem comprometer os princípios fundamentais do ordenamento jurídico.

Em conclusão, o artigo de Claudio Lisboa de Souza, Jonas Rodrigo Gonçalves e Danilo da Costa é uma valiosa contribuição para o estudo da prescrição no Direito Administrativo. Sua abordagem detalhada, a fundamentação teórica robusta e a relevância do tema tratado fazem deste trabalho uma leitura indispensável para aqueles que desejam aprofundar seus conhecimentos sobre a prescrição das ações de ressarcimento ao erário.

Referências

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em: <<http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

SOUZA, Claudio Lisboa de; GONÇALVES, Jonas Rodrigo; COSTA, Danilo da. Imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento das importâncias devidas ao erário, por decisão do Tribunal de Contas da União. *Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva*. Vol. 51, n. 51, set.-dez., 2023. Disponível em: <https://revistas.newtonpaiva.br/redcunp>. Acesso em: 13 jul. 2024.